

JORNAL DO INTERIOR

Um olhar para o futuro dos municípios.

Manual do TCESP orienta emendas impositivas municipais

Corte paulista lança manual para padronizar emendas impositivas municipais e reforçar a transparência, preparando gestores para novas regras obrigatórias. PG. 03



Referência



Educação de Itu ganha destaque nacional

Prêmio nacional de educação integral reforça investimentos no ensino público. PG. 05

Reconhecimento



Projeto urbano digital rende premiação e moderniza licenciamento e fiscalização urbana

O município de Piracicaba conquistou o Prêmio InovaCidade 2026 com georreferenciamento que aprimora a gestão urbana. PG. 07

Urbanização



Crescimento urbano desordenado preocupa

Espraiamento urbano avança em São Paulo, eleva custos e amplia desigualdade. PG. 04

Opinião



Entre progresso e desigualdade: a análise de Dimas Ramalho sobre o Brasil atual

Em artigo, o vice-presidente do TCESP, Dimas Ramalho, aponta que o Brasil atinge alto desenvolvimento humano histórico, mas alerta que desigualdade de renda e racial ainda mantém milhões à margem do progresso, o que limita avanços sociais sustentáveis. PGS. 08 e 09

Desenvolvimento social



SuperAção SP avança no combate à pobreza

Iniciativa estadual integra assistência, emprego e renda, com acompanhamento familiar e expansão para 48 municípios paulistas. PGS. 12 e 13

Protagonismo



Representatividade feminina avança pouco

Com 52,8% do eleitorado, mulheres ainda ocupam menos de 20% dos cargos eletivos no país; barreiras estruturais limitam avanços. PGS. 16 e 17



JORNAL DO INTERIOR

Projeto Gráfico
GEP Comunicação
gepcom.com.br
glauucia@gepcom.com.br
Fone (11) 99100-3922

Produção Comercial e Conteúdo
WLS Produções de Vídeo Ltda.
wlsimprensa@gmail.com
CONEXÃO MUNICIPALISTA

Colaboradores
Eliria Buso
Jefferson Bote
Cláudia Costa

Departamento Jurídico
Dr João Costa
Dra Livia Souza Sabino
Dr Rodrigo Antonio Correa
Dr Willians Kester

Circulação
645 municípios de São Paulo
Os artigos assinados representam a opinião dos autores.
O ponto de vista do jornal é exposto no editorial.

Administração e Redação
Rua Pamplona, nº 1188 - Jd Paulista
Sala 81 - CEP: 01405-000
São Paulo - SP
Telefone: (11) 97585-5725

Diretor Responsável
Sebastião Misiara

Editora
Silvia Melo

Supervisão
William Lopes

Diagramação
Núbia Barros

Revisão de texto e diagramação
Luciana Nogueira



A caminho dos 50 anos: a importância histórica do vereador

A primeira forma de organização política da vida brasileira, nos primórdios do período colonial, foi a Câmara de Vereação. Antes de haver um Poder Executivo efetivo, exercido de fora e de longe por representantes do rei português, as questões de interesse da comunidade eram decididas, nas poucas vilas e cidades, pelas assembleias dos “homens bons”. Elas foram sucedidas pelas Câmaras de Vereadores, organizadas a partir das Ordenações Afonsinas. Até 1603, quando o domínio espanhol sobre o reino e as colônias impôs novas regras administrativas municipais, o Brasil viveu segundo as decisões de legisladores locais, eleitos entre os homens livres. Não havia prefeitos ou alcaides, cargos que surgiriam muito mais tarde, inicialmente com titulares escolhidos pelos próprios vereadores. As Câmaras Municipais também exerciam funções jurisdicionais. Por essa razão, integrava obrigatoriamente a vereação um juiz ordinário, também chamado juiz da terra. A ele cabia denunciar crimes e contravenções, realizar julgamentos e impor penas, acumulando atribuições hoje próprias do Ministério Público e da magistratura. Vereadores e juizes compunham, assim, as Câmaras Municipais. Os vereadores eram eleitos para mandatos de três anos, sem reeleição. Como não havia candidaturas nem campanhas, os escolhidos não podiam recusar o cargo. Além de não receberem pelo exercício da função, respondiam com seus bens pessoais por eventuais prejuízos causados ao interesse coletivo. Era a hipoteca dos bens dos vereadores como garantia de suas decisões. De lá para cá, os poderes municipais viram reduzida sua antiga importância. Com a centralização dos governos nos âmbitos estadual e federal, os municípios passaram a ocupar uma posição menos relevante no quadro político-

administrativo do país. O fortalecimento dessas esferas ocorreu à custa do enfraquecimento e do empobrecimento dos municípios e de suas Câmaras de Vereadores. Além disso, o Poder Executivo passou a prevalecer sobre o Legislativo em todas as esferas governamentais. Com o presidencialismo extremado atualmente vigente no Brasil, a tendência é que esse estado de coisas se agrave. No entanto, é inegável a importância dos governos locais e de seus órgãos colegiados, dos quais a vereança é o melhor exemplo. O município é a única esfera do Poder Público à qual correspondem, concretamente, um território, uma população e uma economia. É nele que se nasce, se vive e se morre. Estado e União são construções jurídicas que sequer poderiam existir sem os municípios. A partir dessa constatação, os serviços básicos de interesse da população deveriam ser predominantemente municipais, e os orçamentos precisariam adequar-se a essas competências. A atual pirâmide tributária, que reserva a maior parcela à União, uma parte intermediária aos Estados e menos de 20% aos municípios, deveria ser invertida para corresponder às responsabilidades de cada esfera. Oxalá, quando se cuidar das reformas mais urgentes, não desta Reforma Tributária, para assegurar o verdadeiro desenvolvimento do país, seja considerada a necessidade de fortalecer os municípios e suas Câmaras de Vereação, como se fazia antigamente. Para isso, é preciso não apenas atribuir-lhes tarefas, mas também garantir-lhes uma parcela do bolo tributário que lhes permita desempenhá-las com eficiência. Só assim a população poderá exercer uma fiscalização adequada e participar mais amplamente das decisões do poder local.

Fale com a UVESP



Sebastião Misiara
Presidente
sebastiaomisiara@uvesp.com.br

Silvia Melo
Presidente Executiva
silviamelo@uvesp.com.br

Departamento Comercial
comercial@uvesp.com.br

Site
www.uvesp.com.br
www.conexidades.com.br
www.jornaldointeriornews.com.br

Redes sociais UVESP



Youtube UVESP



www.youtube.com/uvesp

Novo manual do TCESP padroniza execução de emendas parlamentares municipais

Material busca apoiar gestores e legisladores diante das novas exigências legais a partir de 2026

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCESP lançou, neste mês de julho, o **Manual de Emendas Parlamentares Impositivas Municipais**, uma publicação técnica que consolida orientações para gestores públicos e vereadores sobre todo o ciclo desses recursos, da proposição à prestação de contas. O lançamento ocorreu durante curso de formação realizado na sede da Corte, com auditório lotado e mais de 1,5 mil participantes acompanhando de forma virtual.

O material chega em um momento de expansão das emendas impositivas no país. Levantamento de 2025 da **Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados** aponta que 23 estados e cerca de metade das capitais brasileiras já haviam incorporado esse modelo, movimentando mais de **R\$12 bilhões**. Nos municípios, o mecanismo vem sendo adotado por meio de alterações nas Leis Orgânicas, ampliando o papel dos vereadores na destinação de recursos públicos.

As emendas impositivas permitem que parlamentares indiquem a aplicação de uma parcela do orçamento municipal, cuja execução passa a ser obrigatória pelo Executivo, salvo impedimentos técnicos devidamente justificados. Na prática, esses recursos são direcionados a demandas locais, como melhorias em escolas, unidades de saúde, obras de infraestrutura, projetos sociais, culturais e esportivos.

O manual lançado pelo TCESP reúne diretrizes detalhadas para garantir que esse processo ocorra com legalidade, eficiência e transparência. A publicação está organizada em oito capítulos e aborda desde o



TCESP promove capacitação e lança publicação inédita sobre o tema

contexto normativo e os limites legais até o planejamento, a execução orçamentária, a prestação de contas e os mecanismos de controle. Também trata da atuação de organizações da sociedade civil na execução das emendas e do uso do **sistema Audesp - Auditoria Eletrônica do Estado de São Paulo** para acompanhamento dos dados.

Durante o evento, a conselheira-presidente do TCESP, Cristiana de Castro Moraes,

As emendas permitem que parlamentares indiquem a aplicação de uma parcela do orçamento municipal, cuja execução passa a ser obrigatória pelo Executivo

destacou o caráter prático do documento. "Em um único documento transformamos aprendizados obtidos em nossas fiscalizações, bem como orientações práticas aos municípios. Esse manual irá acompanhar todo o ciclo das emendas, abordando desde os fundamentos legais, passando pelo planejamento, elaboração do plano de trabalho, análise técnica, execução financeira e orçamentária, prestação de contas, transparência e muito mais", afirmou. Já o Secretário-Diretor Geral do TCESP, Germano Fraga Lima, lembrou que, nos últimos anos, as emendas parlamentares passaram a ocupar papel cada vez mais relevante na implementação de políticas públicas. "As emendas são instrumentos legítimos de representação política capazes de aproximar o orçamento das necessidades concretas da população. E, justamente porque envolvem recursos públicos, exigem elevado grau de planejamento, transparência, rastreabilidade e responsabilidade administrativa, sendo fundamental que possam ser identificados aspectos centrais, como quem indicou a emenda, qual a finalidade, para qual objeto, como os recursos foram executados e quais os resultados foram entregues à sociedade".

A principal base normativa do manual é a **Resolução nº 17/2025** do TCESP, que disciplina a fiscalização das emendas parlamentares e passa a ter plena exigência a partir de 1º de janeiro de

2026. A norma incorpora diretrizes estabelecidas pelo **Supremo Tribunal Federal - STF**, que reforça a obrigatoriedade de transparência e rastreabilidade na execução desses recursos, após decisões como a **ADPF 854**, que determinou regras rígidas de transparência, rastreabilidade e impessoalidade para a execução de emendas parlamentares em todas as esferas de governo, além de outras ações diretas de inconstitucionalidade.

Além do lançamento, a Corte promoveu capacitação voltada a agentes públicos, incluindo vereadores, gestores e equipes técnicas municipais, abordando procedimentos, limites e responsabilidades na gestão das emendas.

A atuação do Tribunal se estrutura em dois pilares: o educativo-preventivo e o fiscalizatório. O primeiro envolve a produção de materiais orientativos, cursos e comunicados para apoiar os gestores. Já o segundo inclui auditorias, cruzamento de dados, monitoramento de portais de transparência e, quando necessário, aplicação de sanções.

Segundo o TCESP, a expectativa é que o novo material ajude a reduzir falhas na execução das emendas e a garantir que os recursos cheguem de forma mais eficiente às demandas da população. 📄



Germano Fraga Lima destaca importância da transparência na execução das emendas

Eliria Buso
jornaldointerior.uvesp@gmail.com

URBANIZAÇÃO

Crescimento desordenado desafia o futuro das cidades paulistas

Estudos apontam que municípios dispersos enfrentam custos maiores e perda de produtividade

As cidades paulistas estão ocupando novas áreas em ritmo superior ao crescimento de suas populações. Conhecido como espraiamento urbano, esse processo amplia horizontalmente a mancha urbana, substitui áreas verdes e aumenta as distâncias entre moradia, emprego e serviços. Além dos impactos ambientais, o fenômeno pressiona as finanças municipais, dificulta a mobilidade e pode reduzir a produtividade econômica.

Entre **1985 e 2024**, o Brasil ganhou **2,75 milhões de hectares** de áreas urbanizadas. Desse total, aproximadamente 470 mil hectares estão no estado de São Paulo, principal vetor da expansão urbana brasileira nas últimas quatro décadas. Os dados fazem parte das pesquisas do **Centro de Ciência para o Desenvolvimento Acomodação Sustentável do Crescimento Urbano das Cidades Paulistas**, que foram apresentados no último mês de junho.

Alguns municípios cresceram territorialmente muito acima da expansão demográfica. Entre 1991 e 2022, a população de Jundiaí aumentou 53,8%, enquanto sua área urbanizada avançou 95,1%. Já em Ribeirão Preto, o número de habitantes cresceu 60%, mas a expansão urbana ultrapassou 123%.

A ocupação dispersa exige a extensão de redes de água, esgoto, drenagem e iluminação, além da construção de vias, escolas, unidades de saúde e outros equipamentos públicos. Ao mesmo tempo, famílias de menor renda são frequentemente empurradas para áreas afastadas e com menos infraestrutura, ampliando a segregação socioespacial e dificultando o acesso ao emprego e aos serviços essenciais.

Além disso, os efeitos chegam também à economia. Entre 2010 e 2022, cerca de 21% das cida-



Expansão desordenada pressiona áreas verdes e infraestrutura nos municípios

Para apoiar decisões como essas, os pesquisadores da USP estão desenvolvendo modelos que simulam a evolução das cidades até 2040

des brasileiras continuaram se espalhando apesar da perda de população. Nesse grupo, a produtividade do trabalho caiu aproximadamente 10%. Em outro conjunto de municípios, foi registrado crescimento médio de 9%, indicando uma relação entre expansão urbana desordenada, declínio populacional e perda de eficiência econômica. Para evitar esse cenário, especialistas defendem a integração das políticas de habitação, transporte, geração de empregos, uso do solo e proteção ambiental. Entre as medidas possíveis estão o incentivo à ocupação de terrenos vazios ou subutilizados em áreas já urbanizadas, a oferta de habitação social próxima aos cen-

tros de emprego, a restrição de novos loteamentos distantes e o investimento em transporte coletivo.

Soluções baseadas na natureza também podem fazer parte do planejamento. Parques lineares, corredores verdes, jardins de chuva e áreas de proteção ambiental ajudam a aumentar a infiltração da água no solo, reduzir enchentes, amenizar as temperaturas e preservar a biodiversidade.

Santos aposta em cidade compacta e novas centralidades

Em Santos, a cidade compacta e densa é apresentada como alternativa ao espraiamento. O modelo permite preservar cerca de 75% do território municipal, incluindo manguezais e áreas de Mata Atlântica, enquanto aproxima moradia, comércio e serviços. Segundo o Censo 2022, 67,1% das moradias do município são apartamentos, maior proporção do País.

A secretária municipal de Obras e Edificações, Larissa Oliveira Cordeiro, defendeu que a verticalização precisa considerar diferentes aspectos do planejamento. “A paisagem urbana santista está em transformação e nós sempre temos que analisar os seis pilares mais importantes - zoneamento, potencial construtivo, impacto urbanístico, espaços livres para ventilação, sustentabilidade e acessibilidade - para que Santos cresça corretamente”.

Entre as iniciativas municipais está a criação de novas áreas habitacionais no Centro Histórico. “Percebemos que há uma concentração muito forte junto à Orla, mas perdemos em outros bairros. Podemos ter habitação de qualidade não somente na chamada primeira linha d’água, que é a praia, mas também na nova linha d’água, o Parque Valongo”, afirmou o secretário de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade, Glaucus Farinello.

O município também planeja um corredor verde com mais de 5 mil árvores, conectando mangues, morros, parques e a Ponta da Praia. “Se vamos conviver com os prédios, precisamos trazer novamente a natureza da Mata Atlântica para dentro da Cidade. Não basta apenas tornar os edifícios mais sustentáveis. A rua também precisa ficar mais sustentável. Precisamos redesenhar a cidade junto com a natureza”.

Para apoiar decisões como essas, os pesquisadores da USP estão desenvolvendo modelos que simulam a evolução das cidades até 2040. As ferramentas permitirão testar medidas de adensamento, mobilidade, habitação e preservação ambiental antes de sua aplicação. O objetivo é oferecer aos gestores municipais evidências para direcionar o crescimento para áreas com infraestrutura, evitando que a expansão territorial continue ampliando custos, desigualdades e danos ambientais.

Eliria Buso
jornaldointerior.uvesp@gmail.com

O plantio de árvores é uma das apostas de Santos para reduzir os impactos do crescimento urbano



Itu conquista Troféu Cristovam Buarque e reforça posição de destaque na educação pública

Premiação nacional reconhece políticas de educação integral e investimentos no ensino

Divulgação: Secretaria de Comunicação de Itu



O prefeito **Herculano Passos** com o Troféu Cristovam Buarque

A educação pública de Itu acaba de conquistar um dos principais reconhecimentos nacionais voltados ao setor. No mês de junho, o município recebeu o **Troféu Cristovam Buarque - Educação Integral**, homenagem concedida pelo Instituto Casagrande às cidades que se destacam pela implementação de políticas públicas voltadas à educação e ao desenvolvimento dos estudantes. A premiação foi entregue durante a abertura do **VII Congresso Internacional de Educação Um Novo Tempo, realizado em Curitiba - PR**. O evento reuniu gestores públicos, especialistas, pesquisadores e profissionais da educação de diferentes regiões do país para discutir os desafios e as perspectivas do ensino brasileiro. Recebido pelo prefeito Herculano Passos, o prêmio representa o reconhecimento ao conjunto de ações desenvolvidas pela administração municipal e pela Secretaria Municipal de Educação para ampliar o acesso ao ensino de qualidade, fortalecer práticas pedagógicas e promover uma formação que vai além da sala de aula. Criado pelo **Instituto Casagrande**, o Troféu Cristovam Buarque leva o nome do educador, ex-ministro da Educação e ex-senador que se tornou referência nacional na defesa de po-

Educação integral

Segundo o **Instituto Casagrande**, a escolha de Itu foi motivada pelo compromisso do município com a educação integral, pela valorização das práticas pedagógicas e pelos investimentos direcionados ao desenvolvimento educacional e humano dos alunos da rede municipal. Para o prefeito Herculano Passos, a premiação é consequência de um trabalho construído ao longo dos últimos anos e que envolve diferentes setores da educação. "Esse reconhecimento é resultado de um trabalho sério e contínuo que estamos desenvolvendo na educação municipal. Investimos no fortalecimento da educação

integral, ampliando as oportunidades de aprendizagem e promovendo uma formação que vai além do conteúdo em sala de aula, valorizando o desenvolvimento humano, a cidadania e a qualidade do ensino", afirma. Outro destaque, segundo o prefeito, é a valorização das práticas pedagógicas e o apoio aos profissionais da educação, que têm papel fundamental nesse processo. "O Troféu Cristovam Buarque representa o reconhecimento de que Itu está no caminho certo ao investir em uma educação pública cada vez mais inclusiva, inovadora e comprometida com o futuro dos nossos estudantes", diz o gestor.

Desafios ampliados

Embora represente uma importante conquista, a premiação também aumenta a responsabilidade da administração municipal em manter e ampliar os avanços alcançados na área. De acordo com Herculano Passos, os próximos passos envolvem a manutenção das políticas já implantadas e novos

“ O evento reuniu gestores públicos, especialistas, pesquisadores e profissionais da educação de diferentes regiões do país para discutir os desafios e as perspectivas do ensino brasileiro ”

investimentos voltados à qualificação da rede de ensino. "Nossa meta é dar continuidade aos investimentos na educação integral, fortalecendo ainda mais as práticas pedagógicas, ampliando as oportunidades de aprendizagem e garantindo que cada aluno tenha acesso a uma formação de qualidade", destaca. Entre as prioridades também estão a capacitação permanente dos profissionais da educação, o fortalecimento de ações inclusivas e o desenvolvimento de iniciativas que preparem os estudantes para os desafios acadêmicos, profissionais e sociais. O secretário municipal de Educação, Luciano Ramalho, que participou da cerimônia acompanhado por gestores e diretores da pasta, ressaltou durante o evento que o reconhecimento evidencia os resultados obtidos pelos investimentos realizados na rede municipal e reforça o compromisso dos profissionais que atuam diariamente nas escolas. Para o prefeito, o prêmio demonstra que investir em educação é o caminho para transformar vidas e construir um futuro melhor. "Para as famílias e os estudantes de Itu, ele reforça que a educação é uma prioridade da nossa administração e que cada investimento realizado tem como objetivo oferecer um ensino público de excelência, que valoriza o desenvolvimento integral dos nossos alunos. Também é um reconhecimento ao trabalho de toda a comunidade escolar - professores, gestores, servidores e famílias - que caminham conosco nessa missão", finaliza. 🇧🇷

Cláudia Costa
jornaldointerior.uvesp@gmail.com

GERAÇÃO DE RENDA

Empregabilidade inclusiva avança em SP com expansão de polos para 83 cidades

Programa estadual amplia rede, conecta empresas e reforça permanência no trabalho



Ampliação do programa oferece oportunidades para mais pessoas

No mês em que se comemora o Dia do Trabalho, o Governo do Estado de São Paulo anunciou a ampliação dos **Polos de Empregabilidade Inclusiva – PEIs**, que passaram a atender 83 municípios. A iniciativa, coordenada pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, estrutura uma rede de suporte técnico e institucional que abrange qualificação, intermediação e acompanhamento contínuo.

A expansão ocorre em um contexto em que o acesso ao emprego ainda convive com barreiras estruturais. Desde 2023, o programa contabiliza mais de 26 mil vagas abert

♥♥ **A intenção é alinhar competências reais às exigências das vagas, reduzindo incompatibilidades** ♥♥



O secretário, **Marcos da Costa**, fala sobre o avanço das PEIs no Estado

tas, com 6.722 oportunidades registradas apenas no último ano e 960 profissionais efetivamente inseridos no mercado de trabalho. Os números mostram avanço, mas também evidenciam a distância entre oferta e continuidade na vaga.

“O desafio central é transformar a inclusão em permanência. Hoje, o mercado até abre portas, mas ainda precisa avançar na adaptação dos ambientes, no acompanhamento após a contratação e na valorização das competências de cada profissional. Outro ponto sensível é superar a lógica de contratação baseada apenas no tipo de deficiência, já que isso ainda limita o acesso a oportunidades mais compatíveis com o perfil e o potencial das pessoas”, afirma o secretário dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Marcos da Costa.

Criada em 2008, a secretaria responsável pela política é a primeira do país dedicada exclusivamente à pauta da pessoa com deficiência. Atualmente, o órgão atua na articulação de ações com os 645 municípios paulistas e na formulação de estratégias que envolvem acessibilidade, direitos e inclusão produtiva.

Estrutura e metodologia

Os **PEIs** operam com base no emprego apoiado, metodologia voltada à inclusão que busca garantir a participação efetiva da pessoa com deficiência na vida em sociedade. Diferentemente dos modelos tradicionais, que muitas vezes não atendem plenamente quem necessita de suporte contínuo, a abordagem considera as demandas reais de permanência e pertencimento em ambientes comuns.

A proposta é promover o protagonismo de pessoas com deficiência nos espaços de trabalho, reconhecendo-as como sujeitos ativos, com participação efetiva e autonomia em suas trajetórias. As equipes atuam na identificação de habilidades, no direcionamento para cursos de qualificação e na mediação com empresas. O secretário explica que a iniciativa amplia o acesso a oportunidades de trabalho, renda e qualificação profissional, ao mesmo tempo em que fortalece a diversidade e a inclusão. O modelo inclui ainda avaliação interdisciplinar para emissão de laudos baseados em funcionalidade, substituindo abordagens restritas ao diagnóstico clínico. A intenção é alinhar competências reais às exigências das vagas, reduzindo incompati-

bilidades que historicamente impactam a permanência. Além do atendimento presencial, o programa oferece capacitações em formatos híbridos, com turmas mistas e ensino remoto, ampliando o alcance territorial e a flexibilidade de acesso.

Expansão territorial

A ampliação para 83 municípios é tratada como etapa intermediária de um projeto mais amplo. O objetivo, segundo a secretaria, é expandir o alcance dos atendimentos e intensificar a presença em regiões ainda pouco atendidas.

“A expectativa é fortalecer essa capilaridade para chegar a mais pessoas em diferentes regiões do estado. Na prática, isso significa aumentar encaminhamentos, contratações e a oferta de acompanhamento especializado ao longo dos próximos anos”, diz o secretário da pasta.

A estratégia inclui a integração com os **Postos de Atendimento ao Trabalho – PATs**, que somam cerca de 270 unidades no estado e funcionam como pontos de apoio em localidades sem PEIs. Nessas unidades, candidatos podem acessar serviços básicos, como emissão de carteira de trabalho e habilitação ao seguro-desemprego.

Ainda segundo o secretário, a participação das empresas é tratada como variável importante para o desempenho do projeto. “O programa tem trabalhado diretamente com as empresas por meio de sensibilização, formação e apoio técnico aos processos de contratação e adaptação. Os resultados já podem ser medidos: mais de 13 mil empresas foram apoiadas, 6.722 oportunidades registradas no ano passado e 960 profissionais com deficiência incluídos no mercado de trabalho. Esses números indicam que o programa tem conseguido transformar o tema em pauta concreta dentro das empresas, com impacto direto na contratação”, en-

Cláudia Costa
jornaldointerior.uvesp@gmail.com

Piracicaba recebe Prêmio InovaCidade 2026 por Projeto de Georreferenciamento

Geotecnologia coloca município entre os mais inovadores do país em gestão pública

Piracicaba passou a integrar o grupo de municípios brasileiros reconhecidos por iniciativas que utilizam tecnologia para tornar a administração pública mais eficiente. A cidade recebeu o **Prêmio Inova Cidade 2026**, concedido pelo Instituto **Smart City Business America**, em reconhecimento ao projeto de georreferenciamento que modernizou o licenciamento urbano, ampliou a transparência das informações territoriais e fortaleceu o combate aos parcelamentos irregulares do solo.

A premiação foi entregue durante o **Smart City Business Brazil Congress 2026**, realizado em São Paulo, um dos principais encontros nacionais dedicados à inovação e às cidades inteligentes. O reconhecimento contempla projetos capazes de utilizar tecnologia para aprimorar a gestão pública e melhorar os serviços oferecidos à população. Representando o prefeito Helinho Zanatta, a secretária municipal de Finanças, Karla Lovatto, recebeu o prêmio em nome da administração municipal. “Com ferramentas que ampliam o acesso às informações urbanísticas, apoiam o planejamento da cidade e tornam os processos mais ágeis e seguros, Piracicaba avança na construção de uma gestão cada vez mais eficiente, integrada e baseada em dados”, afirmou Lovatto, na ocasião do prêmio. Para o prefeito Helinho Zanatta, investimentos em inovação produzem resultados concre-



Mapeamento permitiu atualizar a base territorial do município

tos para a administração municipal e para os cidadãos. “A integração entre o cadastro imobiliário, as bases geoespaciais e os sistemas administrativos também fortaleceu a governança municipal baseada em dados, permitindo que cada novo projeto aprovado contribua para a atualização contínua das informações territoriais da cidade”, destacou.

Inteligência territorial

O sistema implantado pela Prefeitura integra informações geoespaciais e administrativas em uma única base de dados, permitindo que diferentes secretarias compartilhem informações atualizadas para planejar políticas públicas, agilizar

O reconhecimento contempla projetos capazes de utilizar tecnologia para aprimorar a gestão pública e melhorar os serviços oferecidos à população

processos e ampliar a segurança das decisões técnicas. Entre as principais ferramentas está uma plataforma pública de consulta sobre parcelamentos do solo e regularização fundiária, além do **Portal de Alvará de Obras**, que digitalizou completamente o processo de aprovação de projetos, desde o protocolo da

documentação até a emissão eletrônica das licenças. Com isso, arquitetos, engenheiros e demais profissionais passaram a acompanhar todas as etapas do licenciamento de forma online, reduzindo prazos, eliminando procedimentos burocráticos e aumentando a rastreabilidade dos processos administrativos. O reconhecimento nacional é resultado de um processo iniciado com amplo levantamento territorial realizado no município. Entre as etapas executadas incluíram-se o aerofotogramétrico digital de alta resolução, **perfilamento a laser - LIDAR**, geração de ortofotos, modelagem digital do terreno e mapeamento móvel terrestre.

As tecnologias permitiram atualizar a base cartográfica de Piracicaba, produzir imagens panorâmicas em 360 graus e consolidar cadastros imobiliários revisados, criando uma infraestrutura de dados que hoje apoia o planejamento urbano e a integração entre as secretarias municipais.

Segundo o secretário de Administração e Governo, Álvaro Saviani, a implantação do projeto exigiu planejamento conjunto entre diferentes áreas da Prefeitura e consolidou um novo modelo de gestão. Para ele, a transformação digital na administração pública é fundamental para aprimorar a gestão, ampliar a eficiência dos serviços e oferecer mais transparência e qualidade no atendimento à população.



Cidade modernizou processos com o uso da tecnologia

Combate à irregularidade

Outro eixo do projeto é o fortalecimento da fiscalização territorial. A plataforma disponibiliza mapas interativos que permitem aos cidadãos consultar a situação jurídica de loteamentos e acompanhar processos de regularização fundiária, oferecendo maior segurança para quem pretende adquirir um imóvel. A iniciativa também reforça a campanha municipal **“Não Compre Imóvel Irregular - Exija a Matrícula no Ato da Compra”**, ampliando o acesso da população às informações urbanísticas e contribuindo para prevenir novas ocupações irregulares. Os levantamentos realizados pelo sistema permitiram identificar 212 parcelamentos irregulares na área rural e aproximadamente 100 na área urbana, criando uma base técnica que orienta ações de fiscalização, planejamento urbano e regularização fundiária.

OPINIÃO

O avanço e o abismo

País chega ao melhor nível de desenvolvimento humano da série, enquanto a renda e a cor ainda definem quem fica para trás

O progresso social de uma nação raramente se revela de forma evidente no dia a dia; ele se deixa apreender no acúmulo silencioso das transformações estruturais. Em maio de 2026, a divulgação do relatório **Radar IDHM pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud)** ofereceu um desses momentos de síntese histórica.

Ao registrar o índice de 0,805 em 2024, o Brasil cruzou pela primeira vez o limiar que o posiciona no patamar de desenvolvimento humano muito alto. Para um país que há três décadas se encontrava na faixa de desenvolvimento baixo, com marcas inferiores a 0,555, o resultado representa o amadurecimento de políticas de Estado – em escolas, hospitais, programas sociais, valorização do salário mínimo, expansão do acesso à renda – que resistiram a crises políticas e ao impacto severo da pandemia de Covid-19.

Celebrar esse teto reluzente é um dever de justiça com a nossa própria caminhada. No entanto, a solidez de um edifício não se mede pela beleza de sua cobertura, mas pela resistência de suas fundações. E as fundações do desenvolvimento brasileiro ainda expõem as fraturas de um atraso secular, onde a desigualdade crônica e o abismo entre brancos e negros insistem em desafiar o otimismo das médias.

Para situar esse avanço sem distorções, é preciso delimitar a fronteira metodológica entre

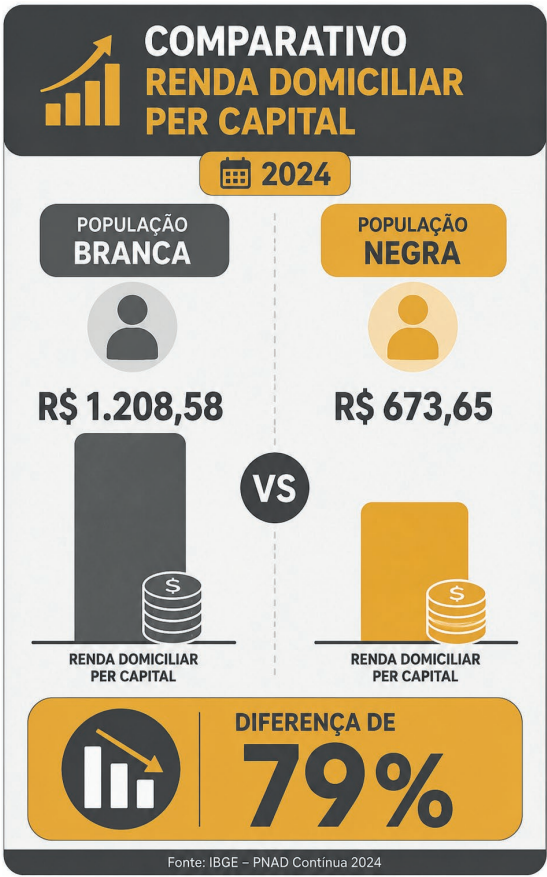


O avanço das cidades brasileiras contrasta com as desigualdades ainda presente

o **IDHM** e o **IDH Global**. São índices irmãos, mas não gêmeos. Enquanto o **IDH Global** é um indicador de comparação internacional entre Estados soberanos, estruturado a partir de bases de dados mundiais, o **IDHM** é uma ferramenta de corte territorial, adaptada para capturar as especificidades dos municípios e regiões metropolitanas bra-

sileiras. Alimentado pelo Censo Demográfico e pela **Pnad Contínua do IBGE**, o índice ajusta as variáveis de fluxo escolar e rendimento para refletir as vulnerabilidades internas do território. As duas métricas são ferramentas distintas para perguntas distintas. Dos três pilares que compõem o índice – educação, longevidade e renda – o primeiro foi o motor do ciclo recente, subindo de 0,679 em 2012 para 0,798 em 2024. O relatório identifica com clareza o mecanismo por trás desse salto: o Bolsa Família.

“O próximo ciclo exige respostas diferentes das que funcionaram no anterior: não mais só ampliar o acesso, mas elevar a qualidade”



"O avanço da educação foi o principal responsável pela melhora do **IDHM** ajustado à desigualdade. Segundo o relatório, o **Bolsa Família**, ao vincular o benefício à frequência escolar, contribuiu para ampliar a permanência de crianças e jovens na escola, com impacto mais expressivo entre famílias negras de baixa renda."



Criado em 2003, o programa começou a produzir seus efeitos mais visíveis nos índices de escolaridade a partir de 2012, quando a primeira geração de beneficiários completava o ciclo básico de estudos. Ao vincular o benefício à frequência escolar, retirou crianças do trabalho infantil e as manteve nas salas de aula. Os dados mostram que esse efeito foi especialmente pronunciado entre famílias negras de baixa renda. Já o pilar da longevidade, que mede a expectativa de vida ao nascer, é o mais maduro. Em 2012, o subíndice já estava em 0,829, classificado como "muito alto" um resultado de décadas de consolidação do Sistema Único de Saúde. Em 2024, chegou a 0,860. O avanço é consistente, mas lento, porque o SUS tornou o Brasil longo antes que o país se tornasse rico e educado.

A renda, por sua vez, é o indicador mais frágil. Ele evoluiu de 0,732 em 2012 para 0,760 em 2024, o menor avanço entre os três eixos, e permanece na faixa de "alto" um degrau abaixo dos outros dois. Os números brutos revelam a dimensão do problema: a renda domiciliar per capita da população branca alcançou

R\$ 1.208,58 em 2024, enquanto a da população negra ficou em R\$ 673,65. Uma diferença de 79%. A renda é o número mais desigual do índice e o que mais pesa quando o IDHM é ajustado pela realidade vivida por cada brasileiro. É nesse ponto que o recorte racial se torna incontornável. O IDHM da população branca

chegou a 0,851 em 2024, na faixa "muito alto". O da população negra ficou em 0,774, na faixa "alto". A diferença relativa caiu de 14% para 9% entre 2012 e 2024, o que é progresso genuíno. Se a direção é a certa, a velocidade ainda condena: uma geração inteira separa os dois grupos. "Quem sustentará o Brasil do futuro

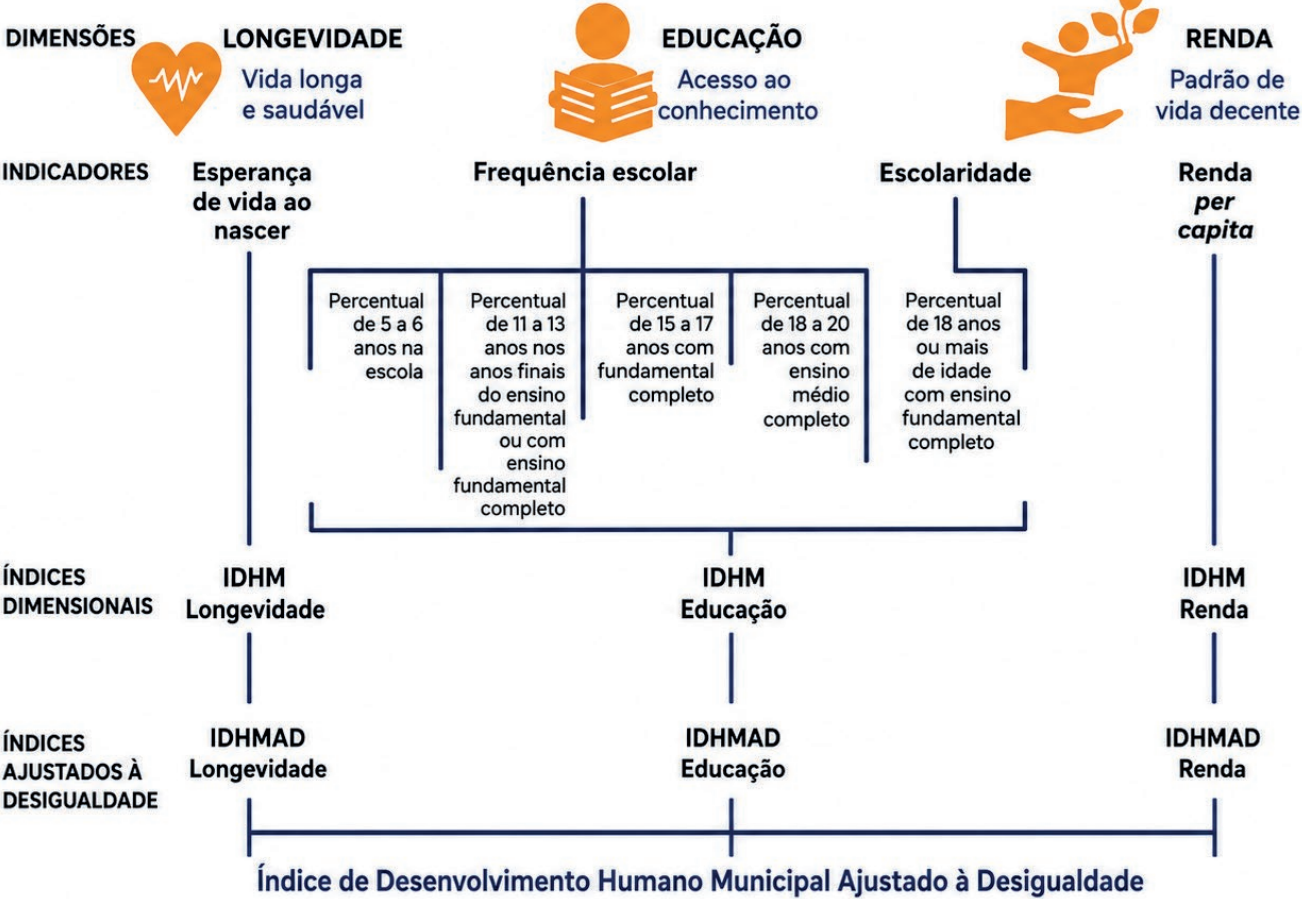
Para situar esse avanço sem distorções, é preciso delimitar a fronteira metodológica entre o IDHM e o IDH Global. São índices irmãos, mas não gêmeos

é um jovem negro, não é um jovem branco", afirmou a economista Betina Barbosa, coordenadora da Unidade de Desenvolvimento Humano do Pnud Brasil. A frase não é retórica; é demográfica. Sem incluir a população negra na equação central do desenvolvimento, o Brasil não se viabilizará como projeto de país no século XXI.



Dimas Ramalho
vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL AJUSTADO À DESIGUALDADE (IDHMAD)



IDHM ajustado é desigualdade mostra o avanço e o abismo do desenvolvimento humano no Brasil



O índice de 0,805 é, em última análise, o resultado empírico sobre o que o Estado brasileiro é capaz de fazer. O SUS prolongou vidas. O Bolsa Família encheu salas de aula. A valorização do salário mínimo colocou renda nas mãos de quem menos tinha. O Nordeste oferece a prova mais animadora desse ciclo: Alagoas, Piauí e Rio Grande do Norte lideraram os avanços proporcionais no IDHM entre 2012 e 2024, e sete das nove regiões metropolitanas nordestinas já ostentam índice "muito alto". Trata-se do efeito acumulado de políticas sustentadas no tempo, aplicadas onde o ponto de partida era mais baixo e, portanto, onde cada real bem gasto produz mais resultado.



INOVAÇÃO

Investimento de R\$ 10 milhões em fibra ótica amplia conectividade no interior

Financiamento permitirá construir 162 km de rede, beneficiando cerca de 175 mil pessoas

A infraestrutura digital de municípios do interior de São Paulo ganhará um novo reforço com a construção de aproximadamente 162 quilômetros de rede de transporte de alta capacidade em fibra ótica. O projeto será realizado pela provedora regional Aonet, com financiamento de **R\$10 milhões** aprovado pelo **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES**.

Os recursos serão concedidos por meio do programa **BNDES Fust**, voltado à ampliação dos serviços de telecomunicações e à redução das desigualdades de acesso à internet no país. A previsão é que o projeto seja concluído em janeiro de 2028 e tenha potencial para beneficiar cerca de 175 mil moradores.

A expansão contemplará sete localidades distribuídas por três municípios paulistas. Em **Lençóis Paulista**, serão atendidos **Alfredo Guedes**, **Chácara Tia Emília**, **Chácaras Santo Antônio** e **Chácara São Judas Tadeu**. Em **Bauru**, o projeto alcançará a **Estância Balneária Águas Virtuosas** e o **Vale do Igapó**. Já em **Pederneiras**, a nova infraestrutura chegará à **região de Vanglória**.

Além de aumentar a oferta de internet para moradores e empresas, a ampliação das redes de alta capacidade pode produzir efeitos diretos sobre a gestão pública municipal. Uma conexão mais estável permite digitalizar processos administrativos, ampliar os serviços oferecidos pelos portais das prefeituras e facilitar o acesso da população a documentos, agendamentos e canais de atendimento.

Na educação, a conectividade contribui para o funcionamento de plataformas pedagógicas, laboratórios de informática, sistemas de gestão escolar e atividades de formação a distância. Na saúde, redes mais robustas podem apoiar prontuários eletrônicos, integração entre unidades, telemedicina e atendimento remoto de pacientes, especialmente em bairros afastados, distritos e áreas rurais.

A infraestrutura também pode favorecer projetos relacionados à segurança pública, ao monitoramento urbano e às chamadas cidades inteligentes. Sistemas de câmeras, sensores,



iluminação conectada e análise de dados dependem de redes capazes de transmitir grandes volumes de informação com velocidade e segurança.

Economia

Outro impacto está relacionado ao desenvolvimento econômico. A disponibilidade de internet de qualidade tornou-se um dos fatores considerados por empresas na escolha de novos investimentos. Para pequenos negócios, produtores rurais e profissionais autônomos, a conectividade amplia o acesso a mercados, serviços financeiros, capacitação, comércio eletrônico e ferramentas de gestão.

Nesse processo, os provedores regionais exercem um papel importante. Por conhecerem as características de cada território, essas empresas conseguem chegar a localidades que

nem sempre estão entre as prioridades das grandes operadoras. A **Aonet**, por exemplo, mantém cerca de 900 quilômetros de rede de backbone (a "espinha dorsal" da internet e das redes de dados), conecta 29 municípios paulistas e contabilizava aproximadamente 58 mil usuários até maio de 2026. Segundo o diretor-geral da empresa, William Peres, o financiamento demonstra que pequenos provedores também podem acessar os recursos do Fust e ampliar sua atuação em regiões que ainda precisam de investimentos em conectividade.

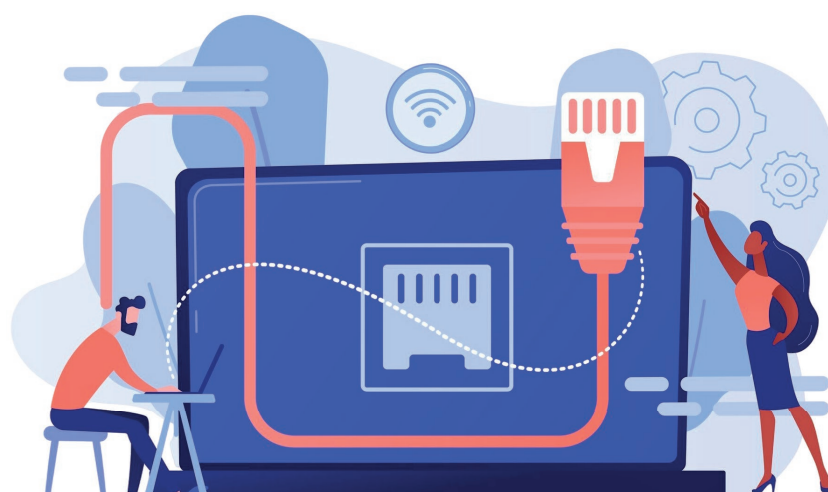
A expansão no interior paulista faz parte de um movimento mais amplo. Entre agosto de 2023 e maio de 2026, o BNDES aprovou **R\$3 bilhões** em recursos do **Fust** para projetos de 493 provedores em 1.290 municípios brasileiros. Desse total, 98% dos projetos foram

destinados a micro, pequenas e médias empresas.

Para os municípios, investimentos desse tipo reforçam que a transformação digital não depende apenas da adoção de sistemas e equipamentos. Ela exige infraestrutura de telecomunicações capaz de sustentar novos serviços públicos, conectar comunidades e criar condições para o desenvolvimento regional. 📶

BNDES Fust em números

- **R\$ 3 bilhões** aprovados entre agosto de 2023 e maio de 2026;
- **493 provedores apoiados**; 98% dos projetos destinados a micro, pequenas e médias empresas;
- **1.290 municípios** contemplados;
- **R\$ 1,8 bilhão** destinado à expansão de redes;
- **15 mil quilômetros** de fibra ótica aprovados;
- **781 mil domicílios** beneficiados;
- **Recursos destinados à conectividade** de 2.068 escolas, 679 favelas e 21 municípios rurais prioritários.



Eliria Buso

jornaldointerior.uvesp@gmail.com

Educação política passa a ser obrigatória nas escolas brasileiras

Conteúdos sobre democracia e participação social deverão integrar o ensino obrigatório



Alunos em sala de aula passam a aprender cidadania e educação política no currículo escolar

Os conteúdos de educação política e direitos da cidadania passam a integrar, de forma obrigatória, os currículos da educação básica em todo o Brasil. A mudança foi oficializada com a sanção da Lei nº 15.468/2026, publicada no Diário Oficial da União, que altera

a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB** e reforça a formação cidadã desde a educação infantil até o ensino médio. Embora a **LDB** já previsse o estudo da realidade social e política, especialmente do contexto brasileiro, a nova legislação

explicita a obrigatoriedade desses conteúdos, ampliando a segurança jurídica para sua aplicação em redes públicas e privadas de ensino. A medida busca garantir que temas ligados à cidadania sejam efetivamente trabalhados em sala de aula em todo o país. Originada do Projeto de Lei nº 4.088/2023, a norma foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada sem vetos. No Senado, o texto contou com parecer favorável do senador Styvenson Valentim, que destacou a importância de consolidar a abordagem da educação política nas escolas. A legislação não determina a criação de uma disciplina específica. Em vez disso, os conteúdos deverão ser incorporados de forma transversal às áreas de conhecimento já existentes, respeitando as diretrizes

pedagógicas e a organização curricular de cada sistema de ensino. Entre os temas previstos estão direitos e deveres do cidadão, funcionamento das instituições democráticas, organização dos Poderes da República, participação social, processo eleitoral, Constituição Federal e mecanismos de controle social. Especialistas apontam que a iniciativa contribui para o desenvolvimento do pensamento crítico e da participação consciente na vida pública, fortalecendo valores democráticos. Com a nova lei, escolas de todo o país deverão adequar seus currículos, consolidando a educação para a cidadania como parte essencial da formação dos estudantes. 🗳️

Da Redação
jornaldointerior.uvesp@gmail.com

Sua empresa precisa crescer ou ganhar fôlego?

oxigena

ajuda você.

Conheça o programa do Sebrae que orienta o seu acesso ao crédito.

Com ele, você recebe acompanhamento especializado para usar o recurso de forma inteligente e organizar as finanças da sua empresa. Se você quer expandir suas operações ou sair do sufoco, conte com o Sebrae para respirar aliviado.

Oxigena. Mais fôlego para sua empresa.

Acesse o QR Code.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Programa SuperAção SP fortalece rede municipal de enfrentamento à pobreza

Iniciativa chega a 48 cidades e combina proteção social, qualificação e acesso ao trabalho



Agentes atuam diretamente nas comunidades para identificar necessidades e orientar famílias

O **SuperAção SP** avança na estruturação de uma rede integrada de combate à pobreza, com participação direta dos municípios e acompanhamento individualizado das famílias em situação de vulnerabilidade. Presente em 48 cidades, a iniciativa reúne assistência social, qualificação profissional, emprego, empreendedorismo e transferência de renda. Desenvolvido pela **Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo - SEDS**, o programa conta com 447 agentes e 42 supervisores. Esses profissionais visitam as famílias, identificam dificuldades

Com investimento superior a R\$1,5 bilhão, entre recursos do Tesouro Estadual e financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento, a iniciativa pretende beneficiar cerca de 105 mil famílias até o final de 2027

dades que impedem sua autonomia e fazem a conexão com serviços públicos municipais e estaduais. A previsão é ampliar a estrutura em um futuro próximo. “Até o final do ano, vamos chegar a quase 1,2 mil profissionais atuando dentro do programa. Isso vai fazer com que a gente consiga acessar mais famílias e seguir em frente nesse propósito, que é superar a pobreza no estado de São Paulo”, afirma o diretor de Desenvolvimento Social e coordenador do projeto, Marcelo Ricci. Com investimento superior a R\$1,5 bilhão, entre recursos do Tesouro Estadual e financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento, a iniciativa pretende beneficiar cerca de 105 mil famílias até o final de 2027. O público é formado por famílias inscritas no **Cadastro Único**, com renda mensal por pessoa inferior a meio salário-mínimo nacional. “A pobreza é uma questão complexa, que exige respostas igualmente complexas e coordenadas. O SuperAção SP foi estruturado com base em evidências e boas práticas inter-

nacionais, articulando diversas políticas públicas para ampliar o acesso ao trabalho, à qualificação e à proteção social”, reforça a secretária estadual de Desenvolvimento Social, Andrezza Rosalém. O acompanhamento começa com um diagnóstico da situação familiar. A partir dele, os agentes elaboram, junto aos participantes, o Plano de Desenvolvimento Familiar, documento que reúne metas e encaminhamentos relacionados à educação, saúde, habitação, documentação, renda e trabalho. O atendimento pode durar dois anos, seguido de seis

O SuperAção SP foi estruturado com base em evidências e boas práticas internacionais, articulando diversas políticas públicas para ampliar o acesso ao trabalho, à qualificação e à proteção social

meses de monitoramento. Entre os obstáculos identificados estão falta de documentos, ausência de vagas em creches, dificuldades de mobilidade, baixa qualificação e dedicação integral ao cuidado de terceiros. O objetivo é encaminhar cada demanda à rede pública e criar condições para que a família avance gradualmente. A jornada é organizada em três módulos: o primeiro, **Proteger**, é voltado ao acesso a direitos e serviços públicos; já o módulo **Desenvolver** concentra ações de educação e qualificação profissional; enquanto o **Incluir** busca aproximar os participantes do emprego formal ou do empreendedorismo. Os auxílios e incentivos podem ultrapassar R\$10 mil durante todas as etapas. Além disso, os beneficiários também podem ser encaminhados ao Caminho da Capacitação, que oferece cursos gratuitos em carretas adaptadas como salas de aula.



Acompanhamento individualizado busca criar caminhos para a superação da pobreza

47 municípios passam a acolher famílias em maior vulnerabilidade

Uma nova etapa começa com a entrada em vigor na **Trilha de Proteção Social** em 47 dos 48 municípios atendidos pelo programa. A cidade de São Paulo é a única em que essa modalidade ainda não foi implantada. A trilha é direcionada a famílias com renda mensal de até R\$218 por pessoa que enfrentam barreiras mais profundas para ingressar no mercado de trabalho. Entre os públicos previstos estão

núcleos sem adultos em idade ativa, pessoas dedicadas ao cuidado permanente de terceiros, famílias em situação de rua e beneficiários elegíveis ao **Bolsa Família** que não recebem o recurso por entraves operacionais. As famílias terão acompanhamento prioritário na rede socioassistencial e poderão receber o **Auxílio de Proteção Social**. O benefício é de R\$156,19 por integrante, pago durante 12 a 24 meses,

condicionado à confirmação de insegurança alimentar grave pela **Escala Brasileira de Insegurança Alimentar**.

♥♥ Os beneficiários também podem ser encaminhados ao Caminho da Capacitação, que oferece cursos gratuitos em carretas adaptadas como salas de aula. ♥♥

R\$110 milhões aos 48 municípios para ampliar e qualificar serviços e equipamentos socioassistenciais. Para 2026, estão disponíveis R\$55,2 milhões. Os valores consideram a concentração de pobreza, o número de famílias no **CadÚnico** e a capacidade instalada da rede local. O programa começou em 2025 com oito cidades-piloto: **Barueri, Cabreúva, Campinas, Embu das Artes, Itaquaquecetuba, Paulínia, São Roque e São Vicente**. Em março de 2026, outros 40 municípios foram incorporados, completando a primeira etapa. Vale lembrar que a iniciativa mantém parceria com o **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**, em um acordo que prevê R\$20,1 milhões em três anos para aprimorar a gestão, o monitoramento e a avaliação das ações, com uso de metodologias internacionais baseadas em evidências. 🌐



O sistema integra serviços e benefícios das redes municipal e estadual

A principal porta de entrada serão os **Centros de Referência de Assistência Social**. As equipes dos CRAS realizarão busca ativa com base no Cadastro Único e nas informações da vigilância socioassistencial. Pessoas que atendam aos critérios também poderão procurar as unidades nas cidades participantes. “A Trilha de Proteção Social representa um avanço importante na forma como o Estado enfrenta a pobreza extrema. Estamos ampliando a capaci-

dade de identificar e acompanhar famílias que, muitas vezes, permanecem invisíveis às políticas públicas por enfrentarem barreiras profundas e complexas”, destaca

Andrezza Rosalém. Para mensurar o fortalecimento municipal do programa, um dos índices mais acompanhados é o de repasses financeiros. Em 2025, o Estado destinou



Eliria Buso
jornaldointerior.uvesp@gmail.com

♥♥ O SuperAção SP foi estruturado com base em evidências e boas práticas internacionais, articulando diversas políticas públicas para ampliar o acesso ao trabalho, à qualificação e à proteção social ♥♥

Qualificação profissional faz parte da estratégia de geração de renda do SuperAção SP



Divulgação Governo do Estado de São Paulo

MUDANÇAS NAS CIDADES

Novo perfil demográfico de São Paulo desafia prefeituras e câmaras municipais

Cenário apontado por estudo muda prioridades de orçamento, infraestrutura e serviços públicos

Avanços na saúde e mudanças no comportamento da população transformaram o perfil demográfico do estado de São Paulo ao longo de pouco mais de um século. Dados históricos divulgados recentemente pela **Fundação Seade**, referentes ao período entre 1900 e 2024, mostram que a pirâmide etária paulista deixou de ter uma base larga, típica de uma população jovem, e passou a apresentar formato semelhante ao de um barril, com maior concentração de adultos e crescimento expressivo das faixas idosas. A mudança representa uma conquista associada à melhoria das condições de vida, à expansão do saneamento básico, à ampliação dos serviços de saúde e aos avanços médico-sanitários. Ao mesmo tempo, impõe novos desafios às prefeituras e câmaras municipais, especialmente nas cidades do interior, onde o envelhecimento pode se combinar com a saída de jovens em busca de estudo e trabalho. No início do século XX, São Paulo registrava taxas elevadas de natalidade e mortalidade. A partir da metade do século, a redução das mortes, somada à manutenção de uma natalidade elevada, impulsionou forte crescimento populacional.



A adaptação das cidades passa por calçadas seguras, transporte acessível e equipamentos públicos adequados

O movimento foi intensificado entre as décadas de 1950 e 1970 pela urbanização, industrialização e migração. Nas décadas finais deste século, porém, a fecundidade caiu de forma acentuada. Entre os fatores relacionados estão o aumento da escolaridade feminina, a maior participação das mulheres no mercado de trabalho e a ampliação do acesso a métodos contraceptivos. O crescimento populacional

desacelerou e a estrutura por idade começou a mudar. Em 1960, a pirâmide etária ainda possuía base larga e topo estreito. Em 1991, a participação das crianças já era menor e as faixas adultas estavam mais amplas. Em 2022, o formato de barril confirmou a redução proporcional de crianças e jovens e o avanço da população adulta e idosa. Para os municípios, a mudança precisa ser incorporada ao

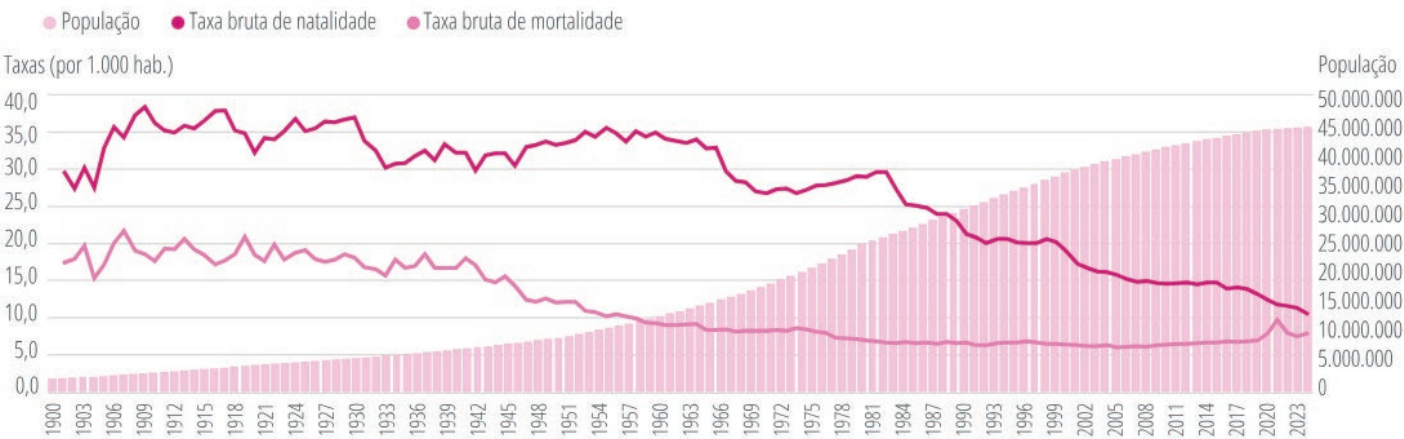
Planejar essa transição significa revisar prioridades sem criar uma disputa entre gerações e construir municípios capazes de atender crianças, adultos e idosos, reconhecendo que longevidade, inclusão e desenvolvimento precisam avançar juntos

planejamento de longo prazo. O **Plano Plurianual** e a **Lei Orçamentária Anual** devem considerar que a demanda por serviços tende a se alterar. Em localidades com queda persistente no número de nascimentos, pode haver menor pressão pela abertura de novas creches e escolas, enquanto cresce a necessidade de atendimento em saúde, reabilitação, assistência social, cuidados continuados e atividades de convivência. A transição não significa abandonar políticas voltadas à infância e à juventude, mas dimensionar melhor a rede existente e distribuir recursos de acordo com o perfil de cada território.

Transição demográfica no Estado de São Paulo

Evolução da população e das taxas de natalidade e mortalidade

Estado de São Paulo, 1900-2024



A evolução da população e das taxas de natalidade e mortalidade no estado de São Paulo reflete um processo clássico de transição demográfica

Dados municipais sobre idade, renda, mobilidade, moradia e acesso aos serviços devem orientar obras, contratação de profissionais e manutenção de equipamentos públicos. A infraestrutura urbana também precisa acompanhar a longevidade. Calçadas regulares, travessias seguras, iluminação, transporte público acessível, áreas de lazer e prédios adaptados passam a integrar uma política urbana capaz de atender toda a população. Leis de zoneamento e códigos de obras podem contribuir para ampliar moradias adaptadas, serviços de cuidado e equipamentos próximos aos bairros onde vivem os idosos.

Em artigo recente, o médico geriatra Felipe Vecchi afirma que “quando refletimos sobre o espaço das pessoas idosas em nossas cidades não estamos discutindo apenas infraestrutura ou serviços, mas a convivência e o valor que atribuímos à experiência humana em todas as fases da vida”. A observação resume o desafio dos gestores: transformar o aumento da expectativa de vida em qualidade de vida, participação social e respeito.

O envelhecimento também afeta o mercado de trabalho local. A redução da população jovem pode dificultar a reposição de profissionais e influenciar decisões empresariais. Os municípios precisarão investir em qualificação, retenção de talentos, atualização de trabalhadores mais velhos e políticas que favoreçam a permanência de jovens. Ao mesmo tempo, a economia da longevidade pode abrir oportunidades em saúde, tecnologia assistiva, turismo, moradia, mobilidade e serviços de cuidado.

Entre os fatores relacionados estão o aumento da escolaridade feminina, a maior participação das mulheres no mercado de trabalho e a ampliação do acesso a métodos contraceptivos



Os CISEs, em São Caetano do Sul, são exemplo de ação municipal voltada ao envelhecimento ativo

Práticas locais ajudam a preparar cidades

A adaptação ao novo perfil demográfico já aparece em experiências desenvolvidas em diferentes regiões paulistas. Em junho, a Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo lançou a “Coletânea de Práticas Inspiradoras em Envelhecimento: contribuições do Estado de São Paulo”, com 26 iniciativas voltadas ao envelhecimento ativo e saudável. O material foi produzido em parceria com o Programa São Paulo Amigo do Idoso, a Unesp de Araraquara e a Fapesp, com apoio da Escola de Desenvolvimento So-

cial. As experiências foram indicadas pelas Divisões Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social e avaliadas por critérios como inovação, efetividade e possibilidade de replicação. Entre os exemplos estão os Centros Integrados de Saúde e Educação da Terceira Idade de São Caetano do Sul, que reúnem ações de saúde, educação, cultura, esporte, lazer, convivência e cidadania para pessoas com mais de 60 anos. Em Franca, foi selecionado um benefício temporário de transferência de renda destinado a famílias e redes de apoio.

Em localidades com queda persistente no número de nascimentos, pode haver menor pressão pela abertura de novas creches e escolas, enquanto cresce a necessidade de atendimento em saúde, reabilitação, assistência social e atividades de convivência

A coletânea mostra que o envelhecimento deve ser enfrentado com políticas integradas, e não apenas com ampliação de consultas médicas. Ações de convivência, prevenção, renda, educação e participação comunitária ajudam a preservar a autonomia e reduzir situações de isolamento e dependência. Para prefeitos e vereadores, o estudo do Seade funciona como um alerta. As escolhas feitas hoje definirão se as cidades estarão preparadas para uma população mais velha. Planejar essa transição significa revisar prioridades sem criar uma disputa entre gerações e construir municípios capazes de atender crianças, adultos e idosos, reconhecendo que longevidade, inclusão e desenvolvimento precisam avançar juntos.

Eliria Buso
jornaldointerior.uvesp@gmail.com

REPRESENTATIVIDADE

Maioria nas urnas, minoria no poder

Distância entre votos e mandatos femininos revela um desafio da democracia brasileira

Ampliar a presença feminina nos espaços de decisão é um desafio para a democracia brasileira



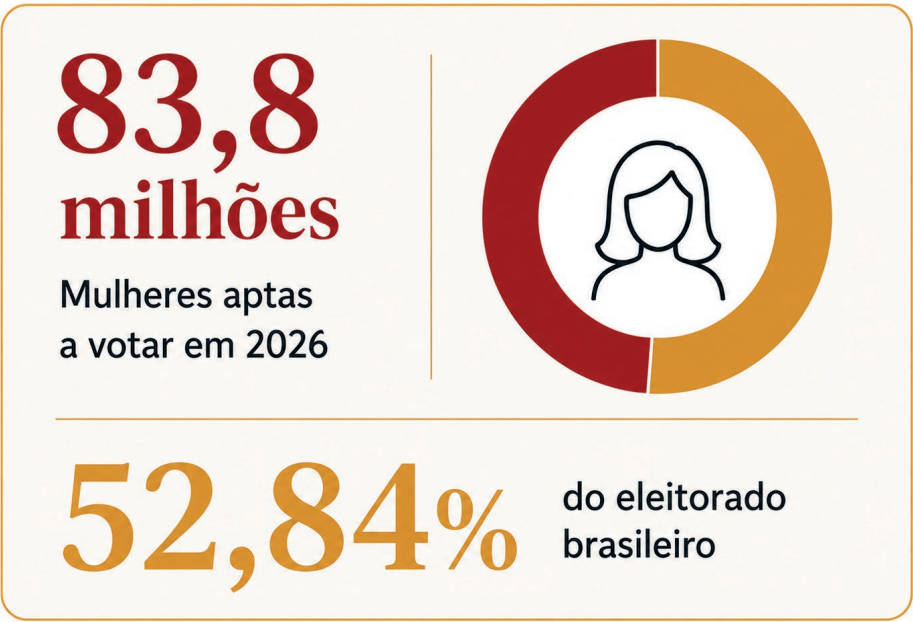
prefeitas e 12.380 vereadoras. Os números mostram avanço. Mas mostram também que colocar o nome na urna é apenas uma parte do caminho. Uma candidatura competitiva exige estrutura partidária, recursos, formação, redes de apoio, visibilidade e tempo. Exige também disposição para entrar em um ambiente que, durante a maior parte da história brasileira, foi construído e ocupado predominantemente por homens. Por isso, a pergunta talvez não seja mais simplesmente “como fazer mais mulheres se candidatarem?”. A questão de 2026 é mais profunda: a política está preparada para transformar mulheres que já são líderes na sociedade em lideranças também dentro das instituições?

Em 2026, **83,8 milhões** de brasileiras estão aptas a votar e representam **52,84%** do eleitorado, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral - TSE. Elas têm força para decidir uma eleição. A pergunta que permanece é: por que essa maioria ainda não se transformou, na mesma proporção, em poder político?

Se as mulheres brasileiras formassem sozinhas um eleitorado, seria impossível ignorá-lo. Na prática, já é assim: elas representam mais da metade dos votos do país e podem decidir quem sobe, ou quem desce, na política nacional.

Mas há uma contradição difícil de esconder. As mulheres são maioria na hora de escolher, e continuam minoria na hora de serem escolhidas. Afinal, a presença feminina entre os eleitos no país permanece abaixo dos 20%.

Talvez esse seja o retrato mais interessante da participação feminina na política brasileira hoje, e a discussão já não cabe apenas na pergunta “quantas mulheres votam?”. É preciso entender os entraves e desafios de se evoluir essa força eleitoral a uma força política.



Não é mais sobre conquistar o voto

Neste ano, o reconhecimento nacional do voto feminino está completando 94 anos. A conquista de 1932 foi resultado da mobilização de mulheres que desafiaram uma estrutura política na qual decidir os rumos do país era, essencialmente, assunto de homens.

Bertha Lutz, Celina Guimarães Vianna, Alzira Soriano e Carlota Pereira de Queirós estão entre os nomes que marcaram essa transformação.

Mas quase um século depois, talvez seja necessário atualizar também a maneira de contar essa história. O desafio contemporâneo não é mais convencer o Brasil de que mulheres podem votar. É transformar eleitoras em protagonistas também do outro lado da urna.

Nas eleições municipais de 2024, cerca de 155 mil mulheres apresentaram candidatura no país. Foram eleitas **733**

Conquista que abriu caminhos

1932
Reconhecimento do direito ao voto feminino no Brasil.

1955
Primeiras ampliações da participação feminina.

1988
Constituição cidadã garante igualdade de direitos.

2026
Desafio atual: transformar representatividade em poder real.

Elas já fazem política, mesmo sem mandato



Maioria entre os eleitores, as mulheres brasileiras ainda enfrentam barreiras para transformar votos e liderança social em poder político

Parte da resposta pode estar muito mais perto de casa do que de Brasília. Nas cidades brasileiras existem milhares de mulheres que exercem liderança todos os dias sem ocupar um único cargo eletivo. Estão à frente de empresas, escolas, entidades, associações, projetos sociais, conselhos municipais, organizações profissionais e movimentos comunitários. Conhecem problemas da cidade, articulam soluções, mobilizam pessoas e defendem interesses coletivos. Em outras palavras, já fazem política, embora muitas ve-

zes não se reconheçam como parte dela. E é justamente nessa distância entre exercer liderança e imaginar-se ocupando um mandato que pode estar uma das fronteiras mais importantes para a ampliação da participação feminina. E é nos municípios que essa transformação pode começar. A Câmara Municipal costuma ser a primeira porta institucional para novas lideranças. É ali que decisões sobre saúde, educação, mobilidade, desenvolvimento, assistência social e qualidade de vida encontram a realidade cotidiana da população.

DADOS DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024



155 mil candidatas

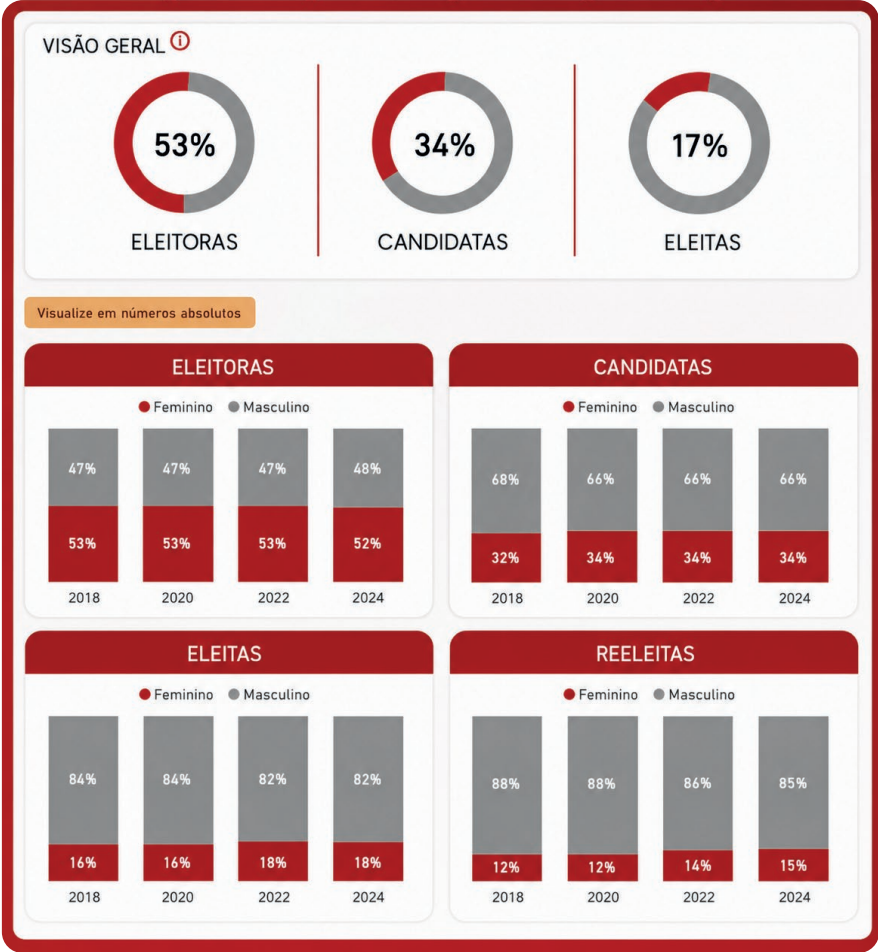


733 prefeitas



12.380 vereadoras

Os números mostram avanço. Mas mostram também que colocar o nome na urna é apenas uma parte do caminho.



Mais vozes, não uma única voz

É também a partir dos municípios que a União dos Vereadores do Estado de São Paulo - UVESP vem defendendo uma agenda de incentivo e formação de novas lideranças femininas. A proposta parte de um princípio que ganha importância em um país marcado pela polarização: mais mulheres na política não significa mulheres pensando da mesma forma.

Para a presidente-executiva da UVESP, Silvia Melo, o fortalecimento da participação feminina precisa acontecer acima das divisões partidárias. “Não queremos mulheres pensando igual. Queremos mais mulheres tendo a oportunidade de pensar, discordar, propor, disputar e decidir. A democracia fica mais forte quando diferentes experiências conseguem chegar à mesa onde as decisões são tomadas”, afirma.

Uma mulher de direita e uma mulher de esquerda podem discordar sobre praticamen-



Silvia Melo, Presidente executiva da UVESP

te tudo; e ambas representarão um avanço da participação feminina.

Uma vereadora de um pequeno município e uma senadora podem defender projetos completamente distintos; e ambas ocuparem espaços que, durante décadas, foram quase exclusivamente masculinos.

Essa é justamente a essência da democracia. Representatividade não é produzir unanimidade, é permitir pluralidade.

Da Redação

jornaldointerior.uvesp@gmail.com

E quando as urnas se abrirem em 2026?

Nas eleições deste ano, candidatos de todos os campos políticos voltarão seus olhos para as mulheres. Não poderia ser diferente. Campanhas falarão de emprego, saúde, segurança, empreendedorismo, educação, família, proteção às mulheres e oportunidades.

Mas talvez exista uma pergunta anterior a todas essas propostas: **quanto espaço a própria política está dispo-**

ta a abrir para que as mulheres deixem de ser vistas apenas como eleitorado e passem, cada vez mais, a ser reconhecidas como protagonistas?

O Brasil já respondeu, há 94 anos, se mulher podia votar. A resposta foi sim. Agora, a democracia brasileira enfrenta o desafio de se entender como fazer com que uma maioria tão presente na sociedade, nas comunidades e nas urnas também encontre caminhos reais para

chegar aos espaços de decisão? As mulheres brasileiras já têm força para decidir quem vence uma eleição. O próximo capítulo dessa história será escrito

quando cada vez mais delas estiver também do outro lado da urna, não apenas escolhendo o poder, mas sendo escolhidas para exercê-lo.





A Diferença

Jardim Sensorial

Novo espaço reforça acessibilidade em Marília

Marília inaugurou seu **Jardim Sensorial** no Bosque Municipal, voltado à inclusão e acessibilidade. Desenvolvido pelas secretarias municipais em parceria com a Construtora Pacaembu, o espaço oferece estímulos táteis, visuais, olfativos e auditivos, com foco em crianças neurodivergentes e pessoas com deficiência visual. Sustentável e gratuito, reforça educação ambiental, convivência e uso público qualificado na cidade. 🌿



Bertioga

Projeto apoia mães e incentiva pré-natal

Bertioga entregou kits de enxoval a 76 gestantes do **Projeto Mãe Bertioguense**, nas unidades de saúde do município. A iniciativa do Fundo Social, em parceria com as áreas de Saúde e Desenvolvimento Social, incentiva o pré-natal e oferece suporte às futuras mães, com foco em famílias em vulnerabilidade, reforçando o cuidado humanizado e a atenção à primeira infância. 🧡



Projeto Itinerante

Educação financeira chega a Várzea Paulista



Várzea Paulista recebe o projeto itinerante “**Na Quebrada do Cofrinho**”, que promove educação financeira a crianças e jovens com oficinas gratuitas em uma carreta adaptada. Com linguagem de HQs, a ação aborda planejamento, consumo e empreendedorismo de forma lúdica e é realizada via Lei de Incentivo à Cultura, com apoio municipal, visando ampliar o acesso ao conhecimento. 📖

Zoonoses

Itararé institucionaliza defesa dos animais

O município de Itararé criou a **Coordenadoria Municipal de Zoonoses, Bem-Estar e Proteção Animal**, vinculada à Secretaria de Saúde, para coordenar políticas públicas de proteção animal e controle de zoonoses. A estrutura assume programas de castração, adoção responsável, campanhas educativas e denúncias, além de transferir serviços do antigo departamento da causa animal. 🐾



Sumaré



Programa transforma vidas pela qualificação

Sumaré formou 211 alunos do **Programa Inclusão Produtiva**, com 269 certificações entregues em 39 turmas de cursos profissionalizantes em áreas como beleza, TI, informática e empreendedorismo. O projeto, executado pela Sociedade Beneficente São Judas Tadeu em parceria com a Prefeitura, promove qualificação e geração de emprego e renda para população em vulnerabilidade. 🎓

Sustentabilidade

Praia Grande

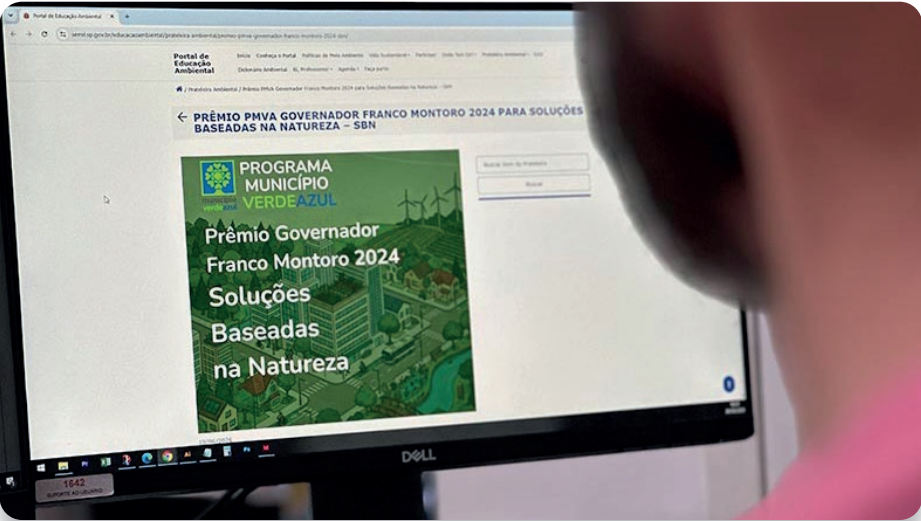
Município tem novo complexo de transbordo

Praia Grande prepara novo **Transbordo Municipal** para modernizar a gestão de resíduos com foco em sustentabilidade e inclusão social. O complexo de 30 mil m², afastado de áreas residenciais, reunirá operações de triagem, cooperativas de reciclagem e área para resíduos da construção civil, além de adotar energia solar e reuso de água para reduzir impactos ambientais.



Hortas Urbanas

Americana é destaque em agricultura urbana



O projeto “**Plante, Colha e Alimente Americana!**”, vencedor do Prêmio Governador Franco Montoro 2024, passa a integrar publicação oficial do Governo de São Paulo sobre **Soluções Baseadas na Natureza**. A iniciativa reúne ações voltadas à expansão da agricultura urbana, segurança alimentar e educação ambiental, fortalecimento dos produtores e adaptação às mudanças climáticas.

Financiamento

Poá lança edital Jovens pelo Clima 2026

Poá abre inscrições para o **Programa Jovens pelo Clima**, com financiamento de até R\$25 mil para projetos ambientais liderados por jovens de 15 a 24 anos. O programa, que pode contemplar até 50 propostas, tem eixos como recuperação vegetal, educação ambiental e combate ao descarte irregular de resíduos, e é viabilizada com recursos do **Fundo Juventude e Ação Climática**.



Jundiaí



Base da Serra do Japi ganha energia solar

A **Base Ecológica da Serra do Japi**, em Jundiaí, tornou-se o primeiro prédio público já existente do município a operar com energia solar fotovoltaica. O sistema, instalado no telhado, reduz consumo da rede convencional e gera economia que será reinvestida em conservação, pesquisa e educação ambiental na reserva, que abriga espécies endêmicas e recebe visitantes e pesquisadores.



Agro Sustentável

Microprodutores recebem suporte em Itu

O **Programa Itu Agro Sustentável**, instituído pela Lei Municipal 2.792/2026, oferece apoio técnico, logístico e operacional a pequenos e microprodutores rurais do município. Vinculado à Secretaria de Agricultura, o projeto disponibiliza trator e implementos agrícolas para uso compartilhado, priorizando práticas conservacionistas e fortalecendo a produção agropecuária familiar.



Turismo

Praia Acessível

Caraguatatuba se destaca com turismo inclusivo

O **Programa Praia Acessível** de Caraguatatuba está entre as práticas mais inspiradoras de turismo inclusivo mapeadas pelas secretarias estaduais de Turismo e Viagens e dos Direitos da Pessoa com Deficiência em parceria com a USP. A iniciativa integra lista de 68 destaques entre 308 municípios avaliados e oferece banho de mar assistido e atividades inclusivas na cidade. 🏖️



Campinas



Estudantes criam roteiros de afroturismo

Estudantes de Turismo da PUC-Campinas desenvolveram um **projeto de afroturismo** criando mini-roteiros afrocen- trados que valorizam a memória e o patrimônio negro da ci- dade. O trabalho, apresentado à comunidade acadêmica e a representantes do setor turístico, integra a curricularização da extensão e busca promover educação antirracista e com- preensão do território. 🏡

Produção Artesanal

Socorro entra nas Rotas da Cerveja de SP

Socorro agora faz parte das **Rotas da Cerveja de São Paulo**, que reúnem 107 cervejarias em 55 municípios. A participação destaca a produção artesanal da bebida no **Circuito das Águas e Frutas**. O projeto busca valorizar gastronomia, cultura e turismo, ampliando a visibilidade e impulsionando o desenvolvimento econômico re- gional com experiências ligadas à cerveja. 🍺



Capital paulista

Novo passeio guiado explora centro histórico

A Prefeitura de São Paulo está lançando o roteiro “**Caminhos de São Paulo**”, um passeio guiado permanente do programa **Vai de Roteiro**. O itinerário inclui locais como: o Pateo do Collegio, a Catedral da Sé, o Mosteiro de São Bento, a Igreja de Santo Anto- nio e as igrejas franciscanas. As saídas começam em 25 de julho, às 10h e 14h, com reservas pela plataforma Sympla. 🏛️



Inteligência Artificial

Guararema tem novo guia virtual de turismo



Guararema apresenta a **Ema**, guia virtual com inteligência arti- ficial disponível 24h via WhatsApp. Alimentado por banco de da- dos da Secretaria de Cultura e Turismo, ele indica pontos turísti- cos, restaurantes, hotéis e rotas temáticas, além de compartilhar curiosidades locais. Integrado ao novo site de turismo, o serviço oferece respostas rápidas e interações lúdicas. 📱

Saúde

Cubatão

Caminhos Seguros atende população vulnerável

O município de Cubatão lançou o projeto **Caminhos Seguros**, que leva consultório itinerante e equipe multiprofissional a pessoas em situação de rua e vulnerabilidade social. A ação, realizada pela Saúde e Assistência Social, oferece atendimentos médicos, exames rápidos, encaminhamentos e acolhimento, com foco em equidade, dignidade e acesso aos serviços públicos.. 🇧🇷



Centro do Autismo

Um olhar para mães atípicas em Jaguariúna

O Centro Municipal do Autismo de Jaguariúna agora conta com o projeto **“Cuidando de Quem Cuida”**, voltado às mães atípicas atendidas pela unidade. O programa oferece acolhimento, bem-estar e ações de cuidado, como atendimento de unhas, e será ampliada com suporte psicológico e rodas de conversa. Além disso, o espaço reforça a humanização no atendimento às famílias. 🇧🇷



Jacareí

Integração na saúde rende reconhecimento



Um projeto com participação de Jacareí foi reconhecido entre os 10 melhores da **21ª Mostra “Brasil, Aqui Tem SUS”**, no 39º Congresso do Conasems, em Porto Alegre. A proposta do projeto é fortalecer a integração entre a Atenção Primária à Saúde e os serviços de Urgência e Emergência, por meio da implantação de uma comunicação mais estruturada entre os diferentes pontos da rede. 🇧🇷

Saúde Mental

Casa Acolhe Mais é inaugurada em Tremembé

O município de Tremembé inaugurou a **Casa Acolhe Mais**, um Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, que passa a oferecer atendimento especializado em saúde mental à população local. Com estrutura adequada e equipe especializada, a nova unidade amplia o acesso a cuidados humanizados e fortalece a rede municipal de atenção à saúde mental. 🇧🇷

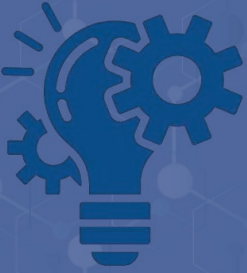


Araraquara



Câmara aprova prevenção ao pé diabético

A Câmara Municipal de Araraquara aprovou a **Política Municipal de Prevenção e Combate às Amputações em Pessoas Diabéticas**, proposta pelos vereadores Enfermeiro Delmiran e Marcelinho. O programa prevê campanhas de conscientização, incentivo ao autoexame e capacitação de profissionais para detectar precocemente complicações nos pés e evitar cirurgias desnecessárias. 🇧🇷



Tecnologia e Inovação

Rio Preto

Parque Tecnológico sediará laboratório de IA

O município de São José do Rio Preto sediará o primeiro **LIFE-IA** do Brasil, voltado à formação de educadores em Inteligência Artificial. Instalado no Parque Tecnológico, em parceria com a UFSCar, o laboratório terá investimento de R\$1 milhão, capacitará professores e apoiará pesquisas e ensino. A ação integra o **Plano Brasileiro de Inteligência Artificial**. 🇧🇷



Transformação Digital

Hortolândia avança com secretaria tecnológica



Hortolândia criou a **Secretaria Municipal de Tecnologia e Inovação** para fortalecer a transformação digital e modernizar a gestão pública. Instituída pela **Lei 4.659/2026**, a pasta será responsável por desenvolver soluções tecnológicas, digitalizar serviços e ampliar a eficiência administrativa, além de fomentar políticas de inovação e segurança da informação. 🇧🇷

Santo André

Tecnologia 3D amplia atendimento odontológico

Santo André está usando tecnologia digital e parceria especializada para ampliar o atendimento odontológico. O município adotou escaneamento e impressão 3D, substituindo moldes tradicionais e garantindo mais precisão e agilidade. A medida permitirá atender cerca de **250 novos pacientes** por mês e dobrar o número de próteses entregues, qualificando o serviço de saúde. 🇧🇷



São José dos Campos



Primeira Arena Gamer pública de São Paulo

São José dos Campos inaugura a **Arena Sanja Gamer**, primeira arena gamer pública do estado de São Paulo, instalada no Museu Municipal. Com atividades gratuitas em esportes eletrônicos, tecnologia e audiovisual, o projeto usa o interesse por games para desenvolver habilidades técnicas e socioemocionais, integrando cultura, inovação e formação para o mercado de trabalho. 🇧🇷



Transporte público

Ônibus de Indaiatuba ganham monitoramento

O município de Indaiatuba está implementando um sistema de monitoramento por câmeras em 74 ônibus do transporte coletivo integrados ao Centro de Operações e Inteligência da Guarda Civil. A nova medida permite vigilância ativa 24 horas, agiliza respostas a ocorrências e reforça a segurança de passageiros, complementando ações como o **Programa Parada Segura**. 🇧🇷



REDESCOBRINDO O interior

Mairiporã fortalece turismo com atrativos naturais, esportivos e gastronômicos

Destino na Serra da Cantareira oferece atrações de lazer e aventura o ano inteiro

Localizada a apenas 39 quilômetros da capital paulista, Mairiporã pode ser considerada um dos principais destinos de natureza e lazer da Região Metropolitana de São Paulo. Cercado pela Serra da Cantareira, o município reúne cachoeiras, trilhas, represas, espaços gastronômicos, equipamentos esportivos e áreas de contemplação que atraem cerca de 2 milhões de visitantes por ano, movimentando a economia local e fortalecendo o turismo como uma de suas principais atividades. Mairiporã se destaca pela preservação ambiental e infraestrutura turística. Mais de 80% de seu território é formado

por áreas de mananciais, inseridas na Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da cidade de São Paulo, cenário que favorece o ecoturismo, o turismo de aventura, o ciclismo, o turismo rural e experiências voltadas à contemplação da natureza. A cidade também conta com infraestrutura completa para eventos, sendo considerada também a Cidade dos Casamentos. Para o secretário municipal de Turismo, Esportes e Juventude, Fernando César Brilha Brandão, a localização estratégica também contribui para o crescimento do setor. "Mairiporã é capaz sim de abraçar grandes causas turísticas em todos os âmbitos qualificados, destinando o município com rota certa de

turistas, dentro do Estado de São Paulo, na grande São Paulo além de se transformar em um importante Polo Turístico Nacional e Internacional", diz. Entre os pontos mais visitados está a **Represa Paiva Castro** e o **Balneário da Cachoeira da Caceia**. Outro destaque é a Praça do Pôr do Sol, equipada com um deck panorâmico voltado para a represa, que se tornou um dos locais mais procurados para apreciar o entardecer e registrar a paisagem. Na área gastronômica, o tradicional **Complexo O Velhão** reúne arquitetura rústica, lojas e restaurante. O esporte também faz parte da identidade de Mairiporã. Reconhecida como a Capital do Ciclismo, a cidade recebe

competições do esporte e oferece percursos próprios. Aliás, o município é bicampeão do Top Destinos Turísticos na categoria esportes.

"Investir no turismo é investir no futuro de Mairiporã, promovendo qualidade de vida para os moradores e consolidando o município como um destino de referência em sustentabilidade e bem-estar", afirma Brandão.

Cláudia Costa

jornaldointerior.uvesp@gmail.com



O Secretário **Fernando César Brilha Brandão**

Imprensa Oficial de Mairiporã



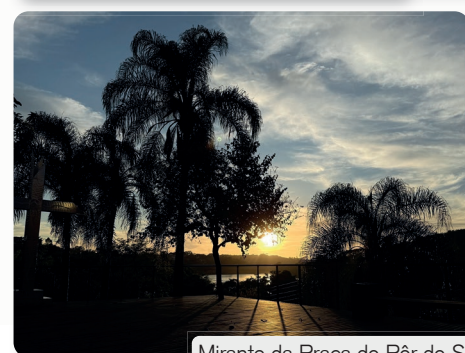
Portal da cidade

Ismael Vajante



Igreja Matriz Nossa Senhora do Desterro

Ismael Vajante



Mirante da Praça do Pôr do Sol



Prêmio Top Destinos Turístico

Imprensa Oficial de Mairiporã

Ismael Vajante

HÁ EVENTOS QUE IMPRESSIONAM. E HÁ EVENTOS QUE SE TORNAM REFERÊNCIA.

Há quase duas décadas, a **Multiplicidades** transforma projetos complexos em **grandes experiências**.

Especializada no planejamento, coordenação e produção de eventos, reunimos **estratégia, organização e inteligência operacional** para conectar pessoas, instituições, conhecimento e oportunidades.

Cada detalhe é pensado para que quem contrata tenha **tranquilidade** e quem participa viva uma **experiência fluida, organizada e memorável**.

Quando a programação acontece no tempo certo, os espaços funcionam em harmonia, os encontros fluem naturalmente e cada etapa contribui para o sucesso do evento, o que permanece é a confiança de que **tudo aconteceu exatamente como deveria acontecer**.

Essa é a essência da **Multiplicidades**.



MULTIPLICIDADES

PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO
E PRODUÇÃO DE GRANDES EVENTOS.



A **TRANQUILIDADE**
DE QUEM CONTRATA.



A **EXPERIÊNCIA**
DE QUEM PARTICIPA.



DESDE 2007



EXCELÊNCIA
OPERACIONAL



FOCO EM
RESULTADOS



PARCERIAS QUE
GERAM CONEXÕES



EXPERIÊNCIAS QUE
FICAM NA MEMÓRIA